

4468 - 1413

2

217

Kiriris

Governo federal pode intervir em Banzaê

Os procuradores da República Robério Nunes dos Anjos Filho (que é procurador regional dos Direitos do Cidadão na Bahia) e Geisa de Assis Rodrigues solicitaram à Procuradoria Geral da República intervenção federal na área indígena do município de Banzaê, como forma de resolver a questão da ocupação das terras, com a retirada das famílias não-índias da reserva. Os representantes do Ministério Público Federal emitiram uma nota sobre o conflito entre os índios da tribo kiriri e as famílias de agricultores residentes em povoados situados no interior da reserva, lembrando, entre outras coisas, que a terra indígena, totalizando 12.300 hectares, "teve sua demarcação administrativa homologada através de decreto presidencial".

O porta-voz da Presidência da República, embaixador Sergio Amaral, afirmou, ontem, em Brasília que o presidente Fernando Henrique Cardoso poderá determinar a intervenção federal na reserva indígena dos quiriris, localizada em Banzaê (BA). A decisão de intervir depende da conclusão das vistorias realizadas na região pelos funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio). Segundo ele, o

ataque dos quiriris em Banzaê foi o principal assunto da conversa que ocorreu ontem entre FHC e o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cardeal dom Lucas Moreira Neves.

Irregularidades

Segundo os procuradores do MPF na Bahia, tendo a área sido plenamente regularizada pelo poder público como terra de ocupação tradicional indígena, caberia à Fundação Nacional do Índio (Funai) promover a remoção dos ocupantes não-índios, após a indenização das benfeitorias de boa-fé por eles ali implantadas, para que os kiriris pudessem exercer, de forma perfeita, o direito que a Constituição Federal lhes assegura: a posse e o usufruto exclusivos de seu território. "Contudo", disseram, "persistem até o presente graves irregularidades na situação daquela terra indígena, em virtude da presença de inúmeros ocupantes não-índios, localizados nos diversos povoados ali compreendidos. Tais irregularidades respondem pelos conflitos verificados entre índios e não-índios, que perduram ao longo de anos sem que se apresente solução definitiva".

							219		2	
--	--	--	--	--	--	--	-----	--	---	--

Desequilíbrio preocupa

Outro aspecto que preocupa os procuradores é que as ocupações dos povoados, feitas em geral por somente uma das facções kiriris, "vêm resultando em um desequilíbrio interno na distribuição das terras em posse das duas facções". Eles entendem que "o caráter emergencial das ações da Funai na condução do processo de extrusão da referida terra indígena tem solidificado, perigosamente, esta situação de desequilíbrio interno, recrudescendo as disputas e conflitos que dela decorrem, cada vez mais graves e frequentes. A recente ocupação de Marcação, realizada pela facção liderada pelo cacique Lázaro, e as de Araçá e Segredo, promovidas pelo grupo que segue a orientação do cacique Manoel, refletem a disputa desencadeada pelo processo acima descrito, atualmente elevada ao seu mais alto grau, face à iminência de um confronto direto entre as duas facções".

Embora ciente de que apenas

a finalização do processo de extrusão, conduzida mediante cronograma previamente elaborado, poderia solucionar definitivamente os problemas verificados na área kiriri - possibilitando um plano de relocação dos não-índios e a ocupação ordenada e negociada, pelos índios, das parcelas de seu território liberadas com a saída dos agricultores, o Ministério Público Federal, segundo a nota, diante dos primeiros sinais da crise hoje instalada, solicitou à Polícia Federal, Funai e Incra "a efetivação de medidas urgentes capazes de evitá-la, tendo inclusive oficiado ao Ministério da Justiça para que este providenciasse o envio de um maior efetivo da Polícia Federal à área e descentralizasse recursos extraordinários para o pagamento das indenizações das benfeitorias de boa-fé incidentes no povoado de Marcação, cuja ocupação desflagrou os recentes acontecimentos."

OK

								217	2	
--	--	--	--	--	--	--	--	-----	---	--

Tensão nos povoados ocupados

Banzaê (Maria de Fátima Danemann, enviada especial) – Uma calma aparente. É este o clima na região de Banzaê depois da ocupação do povoado de Marcação pelos kiriris liderados pelo cacique Lázaro Gonzaga de Souza. Um dos mais prósperos distritos de Banzaê, Marcação é reivindicado pelo cacique Manoel Cristóvão Batista, líder de uma tribo dissidente da mesma nação, e foi preciso intervenção da Funai e da Anai para evitar um agravamento do conflito entre as duas tribos. Com seus trajes e pinturas de guerra, armados de arcos, flechas e outros apetrechos, os indígenas passaram o dia de ontem atentos à movimentação.

Com Marcação, eleva-se para oito os povoados ocupados pelos kiriris. Nesta nova guerra, iniciada em fevereiro passado, foram tomados também Baixa Nova, Baixa da Cangalha, Baixa do Joá, Segredo e Araçás. Em batalhas anteriores, os índios já haviam conseguido expulsar as famílias não-índias de Mirandela, o primeiro de todos, e Gado Ve-

lhaco. A Polícia de Choque continua de prontidão em Banzaê e, segundo o coronel Aloysio Campos Filho, que chefia as operações, a intermediação da Funai foi decisiva para conter os ânimos das duas tribos nas últimas horas.

Transtornos

Para os moradores de Banzaê, a ocupação dos povoados da região pelos kiriris trouxe uma série de transtornos ao município. Os estudantes estão sem escolas, comerciantes sem poder vender seus produtos porque as 673 famílias retiradas dos povoados ocupados pelos índios estão alojadas nas escolas, no mercado, no Centro de Abastecimento e até na igreja da cidade. “São três mil alunos fora da sala de aula devido a esse problema”, diz Maria Auxiliadora Lacerda, secretária de governo do município (a prefeita Jailma Alves Dantas estava em Salvador assinando convênios).

Se o clima é absolutamente normal e tranqüilo em Mirandela e Ga-

do Velhaco, povoados ocupados há mais tempo, em Araçás e Marcação, apesar da aparente calma, tem-se a impressão de que pode estourar uma guerra a qualquer momento. Araçás virou a base do cacique Manoel (que fazia uma linha mais pacifista e defende o pagamento das indenizações dos posseiros antes da ocupação dos povoados) e seus seguidores. Marcação é onde o cacique Lázaro (que cansou de esperar as providências e vem tentando expulsar os brancos *na raça*) montou seu “quartel-general”.

Saiotes de sisal, cocares de pena, caras pintadas de vermelho, preto e verde, os índios mostram que estão prontos para a briga. O pomo da discórdia é Marcação, o povoado mais perto da sede do município, que Manoel afirma estar nas terras que lhe cabem por direito. Ontem, depois de várias rodadas de negociação com a Funai e a Anai-BA, Lázaro concordou em esperar que seja feita a medição das terras para que seja decidido quem é o dono.



Foto: Paulo Munhoz

As famílias expulsas dos povoados estão na cidade de Banzaê, abrigadas precariamente em escolas

Souto critica complacência

O governador Paulo Souto afirmou, ontem, que a atitude do governo federal em relação à situação dos posseiros expulsos em Banzaê é um atentado contra os direitos humanos. "Em Banzaê, pessoas estão sendo humilhadas sob a complacência de órgãos do governo federal. Isso é uma coisa revoltante, um atentado contra os direitos humanos."

Nos últimos 12 dias, cerca de 3.000 pessoas foram expulsas de

suas casas por índios quiriris, na reserva de Banzaê (296 km de Salvador). Estão na área representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio), soldados da Polícia Militar e do Exército e agentes da Polícia Federal. "Eu não acredito que o ministro Íris Rezende (Justiça) saiba o que está acontecendo em Banzaê. Se ele soubesse, já teria tomado providências para impedir que os pequenos proprietários da região sejam tratados com essa crueldade", disse o governador, afirmando esperar que o governo federal adote providências imediatas para abrigar as cerca de 3.000 pessoas que foram expulsas de suas casas.